



PUC
RIO

Direito, Estado e Sociedade

Jan | Jun 2020
ISSN 1516-6104

56

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Direito

Revista Direito, Estado e Sociedade (ISSN 1516-6104)

Publicação semestral do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em circulação desde 1991.

Missão e Política Editorial

Divulgar intervenções interdisciplinares e inovadoras que tenham qualidade aprovada por pares competentes. As contribuições podem se dar por meio de artigos originais, artigos de revisão, resenhas, entrevistas, palestras, relatórios de pesquisas ou relatos específicos sobre seminários científicos. Alguns números do periódico dedicam-se a temáticas específicas, conforme deliberação do Conselho Editorial. Como o periódico está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, espera-se que os trabalhos estejam, preferencialmente, vinculados às suas linhas de pesquisa, a saber: Transformações Constitucionais e Pensamento Constitucional Contemporâneo; Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional; Teoria do Direito, Ética e Construção da Subjetividade.

Conselho Editorial

André-Jean Arnaud † (Centre National de la Recherche Scientifique; Paris, França); Cecília Caballero Lois † (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); Claudio Michelon (The University of Edinburgh; Edimburgo, Escócia); Costas Douzinas (Birkbeck – University of London; Londres, Inglaterra); Eduardo Rabenhorst (Universidade Federal da Paraíba; João Pessoa – PB, Brasil); Giuseppe Cocco (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); Joaquim de Arruda Falcão (Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); José Afonso da Silva (Universidade de São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); José Eduardo Campos de Oliveira Faria (Universidade de São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); Luiz Moreira (Instituto Brasileiro de Direito Público; Brasília – DF, Brasil); Marcos Faro de Castro (Universidade de Brasília; Brasília – DF, Brasil); Marilena Chauí (Universidade de São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); Oscar Vieira Vilhena (Fundação Getúlio Vargas – São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); Pierangelo Catalano (Universidade de Roma – La Sapienza; Roma, Itália); Ronaldo Poletti (Universidade de Brasília; Brasília – DF, Brasil); Wil Waluchow (McMaster University; Hamilton, Canadá).

Produção Editorial: PUC-Rio; Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Noel Struchiner (Editor-Chefe); Antonio Pele (Editor-Adjunto); Fernanda Abreu (Editora-Assistente); Guilherme da Franca Couto Fernandes de Almeida (Editor-Assistente); Rafael Lelis (Editor-Assistente); Amanda Cataldo (Editora-Assistente); Nina Zur (Editora-Assistente); Glenda Vicenzi (Editora-Assistente); José Antonio Magalhães (Editor-Assistente).

Apoio gráfico-editorial

Editora PUC-Rio.

Indexação e Distribuição

A revista encontra-se depositada nas principais bibliotecas do sistema nacional (COMUT) e indexada em: RVBI – Ministério da Justiça; Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN); EBSCO; ISI; Ulrich's Periodicals; e VLEX. A Revista é distribuída por meio de permuta e doação.

Responsabilidade, Conflito de Interesses e Copyright

As opiniões emitidas são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. Deve ser feito o registro de possível conflito de interesses junto com a submissão. Permite-se a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que explicitamente citada a fonte.

Notas aos Colaboradores

Os artigos a serem submetidos ao Conselho Editorial deverão ser enviados preferencialmente pelo endereço eletrônico <http://www.jur.puc-rio.br/revistades/> ou para a Secretaria do Departamento de Direito da PUC-Rio, na Rua Marques de São Vicente 225, Ala Frings – 6º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – 22453-900. As normas de publicação e diretrizes de avaliação podem ser encontradas na última página.

DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE

nº 56 Janeiro-Junho 2020

ISSN 1516-6104

Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Direito.

1. Direito – Periódicos. I – PUC-Rio.

Sumário

5 | Carta do editor/*Editorial*

Artigos/Papers

- 10 | O Supremo de “portas abertas”: a colegialidade em ação
Brazilian Supreme Court with “open doors”: collegiality in action
Carlos Victor Nascimento dos Santos
- 40 | La residencia en el modelo de convenio de la OCDE para evitar la doble imposición. El CDI entre España y Brasil
Residence in the OECD agreement model to avoid double taxation. The DTA between Spain and Brazil
Carmen Almagro Martín
- 74 | L'approche de la violence physique par la loi brésilienne à partir des concepts de torture et traitements inhumains et dégradants
Brazilian law's approach to physical violence through the concepts of torture and inhuman and degrading treatment
Isabella Christina da Mota Bolfarini
- 107 | El concepto neoconstitucionalista-pragmatista del Derecho
O conceito neoconstitucionalista-pragmatista do Direito
Joana Tavares da Silva Rapozo
- 136 | O estatuto jurídico precário e circunstancial do estado enquanto sujeito precípua da ordem normativa internacional
The precarious and circumstantial legal status of the state as the foremost subject of the international normative order
Leonardo Nemer Caldeira Brant e Pedro Ivo Ribeiro Diniz
- 167 | Uma outra pena de morte: a violência letal do sistema penal brasileiro
Another capital punishment: the lethal violence of the Brazilian penal system
Luiz Phelipe Dal Santo

- 198** | Saúde mental e direitos humanos: instrumentos internacionais para garantia de direitos das pessoas com transtornos mentais e/ou deficiência
Mental Health and human rights: international instruments for safeguarding the rights of persons with disabilities and/or mental disorders
Marilyn Camargo Ferreira da Silva Candido, Carla Aparecida Arena Ventura, Antonia Regina Ferreira Furegato, Jair Lício Ferreira Santos e Marco Antonio Candido
- 231** | Ética, corrupção e os dilemas da práxis social: a percepção de acadêmicos do curso de direito a respeito do exercício profissional
Ethics, corruption and the dilemma of social praxis: the perception of Law students about the professional practice
Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, Erbs Cintra de Souza Gomes, Zélia Maria Xavier Ramos, Francelle Almeida Silva, Joanny Kathlyn Costa e Ana Clara Marinho Ferreira
- 270** | Que signifie que les droits de l'homme découlent de la dignité humaine? Utilisation des relations de la métaphysique analytique contemporaine
What does it mean that human rights derive from human dignity? Employing contemporary analytic metaphysics relations
Szymon Mazurkiewicz
- 292** | Humano demasiado inumano: gênero, direitos humanos e discursos em disputa
Human too inhuman: gender, human rights and speeches in dispute
Tuanny Soeiro Sousa
- 317** | **Notícias e Informações/News and information**
Resumos das dissertações e teses defendidas no 1º semestre de 2020 no âmbito dos Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio.
- 329** | **Resumos/Abstracts**

Carta do editor

É com grande satisfação que o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vem apresentar o número 56 da Revista Direito, Estado e Sociedade, referente ao primeiro semestre de 2020. Neste volume contamos com artigos contendo pesquisas de vasta gama temática, sendo todas vinculadas às áreas de concentração do Programa. Esperamos que a leitura dos artigos publicados nesta edição seja de grande valia à comunidade acadêmica e jurídica, propiciando novos debates e discussões. Não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para agradecer aos autores, pareceristas e leitores da *Revista de Direito, Estado e Sociedade*, que permitem que a cada número sejam publicadas novas e instigantes pesquisas. Lembramos que estamos sempre abertos ao envio de novos artigos, que devem ser submetidos por meio do nosso sistema editorial online em plataforma *Open Journal System*, diretamente na página da Revista (<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/>).

Em *O Supremo de “portas abertas”: a colegialidade em ação*, Carlos Victor Nascimento dos Santos reporta os resultados de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial a respeito da atuação do STF. O autor conclui que a literatura a respeito do conceito de colegialidade deixa de lado dimensões importantes dos ritos e tradições do tribunal.

No artigo seguinte, a autora convidada Carmen Almagro Martín discorre sobre a problemática dupla tributação em casos de relações econômicas internacionalizadas, sendo então necessária a determinação de residência dos envolvidos, bem como o estabelecimento de critérios de distribuição. Para tal, aponta a elaboração de um modelo de acordo bilateral pela OCDE para que os países signatários possam evitar a tributação duplicada.

Em *L'approche de la violence physique par la loi brésilienne à partir des concepts de torture et traitements inhumains et dégradants*, Isabella Bolfarini busca extrair o conceito de violência física implicado na legislação brasileira por meio de uma análise dos modelos nela previstos para qualificar (segundo os meios, as finalidades, os agentes e pacientes) e quantificar (segundo a busca de critérios objetivos para a intensidade do sofrimento) essa violência. A autora desenvolve essa análise criticamente sobre o pano de fundo da presunção histórica de uma "sociedade violenta" brasileira, que estaria sempre aquém da civilização e da modernidade, e que por isso pediria, do direito, não a garantia de direitos, mas a imposição da ordem.

Joana Tavares da Silva Rapozo, por sua vez, apresenta um pertinente debate no campo da Teoria do Direito, em que busca refletir sobre uma concepção não essencialista do direito. Para que se possa responder não tanto à pergunta "o que é direito", mas a quais funções são cumpridas por um sistema jurídico, a autora considera fundamental atentar à influência da filosofia pragmatista sobre o neocostitucionalismo.

Analisando a definição da condição de Estado sob a ótica do Direito Internacional, os professores Leonardo Nener Caldeira Brant e Pedro Ivo Ribeiro Diniz apresentam uma agradável leitura sobre a fragilidade dos critérios utilizados nessa determinação do estatuto jurídico da qualidade de Estado. Apontando, por fim, que a caracterização do status de Estado seria mais circunstancial do que propriamente técnica e/ou jurídica.

Na sequência, o artigo *Uma outra pena de morte: a violência letal do sistema penal brasileiro*, escrito por Luiz Phelipe Dal Santo, fornece uma importante análise sobre dados de pesquisas acerca da brutalidade policial no Brasil. Por meio de critérios previamente definidos, o autor faz uma comparação da letalidade policial no país e as formas por meio das quais penas de morte oficiais são implementadas ao redor do mundo e qual seu impacto na população. Desse modo, conclui, de forma bastante fundamentada, que pode se afirmar a existência de uma forma de pena de morte "oficializada" no Brasil, executada pela letalidade policial e salvaguardada por mecanismos institucionais que atuam para ratificar a medida, em diversas instâncias de poder.

Já no artigo *Saúde mental e direitos humanos: instrumentos internacionais para garantia de direitos das pessoas com transtornos mentais e/ou deficiência*, expõe-se uma investigação acerca da proteção de direitos de pessoas com deficiência e pessoas com transtornos mentais no plano internacional. Sendo assim, o trabalho analisa uma série de documentos internacionais, dos sistemas global e

regionais de proteção de direitos humanos, para aferir quais seriam os direitos consagrados a esses grupos de indivíduos. O resultado divide cada uma das previsões legais de acordo com as dimensões de direitos correspondentes, lançando luz sobre um ainda insuficiente paradigma de tutela que consiga abarcar todas as dificuldades diárias enfrentadas por essas pessoas.

Em seguida, o artigo *Ética, corrupção e os dilemas da práxis social: a percepção de acadêmicos do curso de direito a respeito do exercício profissional* apresenta os resultados de pesquisa empírica realizada com acadêmicos ingressantes do curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina. A partir desse conjunto de entrevistas, é proposta uma reflexão quanto à importância da ética e da moralidade no contexto de formação profissional, especialmente para carreiras jurídicas.

O autor convidado, Szymon Mazurkiewicz, propõe uma análise sobre a premissa de que os direitos humanos decorrem da dignidade humana. Considerando os estudos da psicologia evolucionista, o autor polonês estabelece a relação fundamental entre natureza humana e dignidade humana. Finalmente, utilizando-se dos conceitos da metafísica analítica contemporânea, Mazurkiewicz propõe que os direitos humanos são (pelo menos parcialmente) baseados na natureza humana.

Em sua contribuição, Tuanny Soeiro Sousa problematiza as redes de poder que estabelecem o que é ser humano e definem os sujeitos dos direitos humanos. A partir de referências inseridos no campo dos estudos discursos, como Judith Butler e Michel Foucault, e da teoria crítica, como Costas Douzinas, a autora evidencia os mecanismos que normalizam identidades sexuais hegemônicas e relega a espaços de abjeção sexualidades e expressões/identidades de gênero dissidentes. Ao final, procura ressaltar como a luta pelo reconhecimento e pela efetivação de direitos se traduz na própria possibilidade de redefinição dos parâmetros de humanidade e superação de padrões de opressão e subordinação.

Por fim, na última seção da Revista, apresentamos os Resumos das Dissertações e Teses já defendidas no primeiro semestre de 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Noel Struchiner
Editor-Chefe

Antonio Pele
Editor-Adjunto